

África

Angola: e a guerra continua

Alex Vines e Andrea Lari

É o triste balanço de mais um ano de guerra civil em Angola. A UNITA e o Governo de Luanda permanecem longe da mesa de negociações, sem que nenhum actor de peso internacional se disponha verdadeiramente a intervir para forçar a paz entre as duas partes. As violações - das leis, das sanções, e dos direitos humanos - continuam a fazer as suas vítimas entre a população civil.

A guerra civil continuou em Angola no ano passado, acompanhada por uma dramática escalada de violações das leis da guerra. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o grupo rebelde liderado por Jonas Savimbi, matou, raptou e aterrorizou civis com impunidade. As forças governamentais abusaram dos civis através de deslocamentos forçados, além de terem espancado e morto populações civis em pilhagens, extorsões e recrutamento forçado de homens e rapazes.

Em 2001, o número de pessoas deslocadas aumentou para mais de quatro milhões, e cerca de 435 mil refugiados angolanos vivem em campos na República Democrática do Congo (RDC), Zâmbia e Namíbia. Dentro de Angola, a segurança está limitada a áreas de pequena dimensão em redor das capitais de província controladas pelo Governo e dos principais municípios, tornando praticamente impossível viajar por terra de forma segura.

A ajuda humanitária lançada por via aérea atingiu apenas 10 a 15 por cento do território angolano. As emboscadas de civis e funcionários humanitários aumentaram, impedindo a deslocação de comboios humanitários por terra e a distribuição de ajuda a milhares de pessoas em situação desesperada.

A UNITA aumentou os ataques do tipo toca-e-foge contra civis. Os rebeldes usam o terror como política, para obter mantimentos e intimidar civis. Matanças indiscriminadas, mutilações de membros e espancamentos são usados pelos rebeldes para punir suspeitos de simpatias governamentais ou como um aviso contra traições à UNITA. O movimento continua a recrutar à força homens e rapazes adolescentes para lutar. As raparigas são mantidas como escravas sexuais e como fonte de trabalho forçado. Numa aparente tentativa de captar a atenção internacional, a UNITA atacou alvos governamentais em várias ocasiões quando responsáveis estrangeiros visitaram Angola. Por exemplo, no início de Maio, o conselheiro especial para África do secretário-geral das Nações Unidas, Ibrahim Gambari, de visita ao país, comentou que "estão a ser feitos progressos para encontrar soluções para o conflito e para pôr termo à guerra em Angola". Mas a 5 de Maio, os rebeldes atacaram o Caxito, uma capital provincial a 60 quilómetros para Norte de Luanda, matando mais de 150 pessoas e raptando 60 crianças de um orfanato dirigido por uma organização dinamarquesa. Perante a indignação internacional, os rebeldes acabaram por entregar as crianças a uma missão católica.

Da mesma forma, durante a visita de uma delegação norte-americana, o Consórcio para o Reforço dos Processos Eleitorais e Políticos, que se deslocou ao país para avaliar as condições para a realização de eleições nacionais, a UNITA fez explodir um comboio a 130 quilómetros de Luanda. Os passageiros que fugiam às chamas caíram em emboscadas, o que provocou 256 mortos e mais de 170 feridos. Só durante a última semana de Agosto, os rebeldes mataram 268 civis. A 31 de Agosto fizeram uma emboscada a um autocarro perto de Cacolo, a 30 quilómetros de Malanje, e lançaram-lhe fogo com os passageiros ainda vivos no interior, matando 53 pessoas.

A UNITA visa deliberadamente trabalhadores e aviões humanitários. A 15 de Abril, pilharam um armazém que pertencia a organizações humanitárias na província de Benguela. Em Junho, os rebeldes lançaram mísseis contra dois aviões que transportavam ajuda humanitária junto das cidades de Cuíto e Luena. No mesmo mês atacaram a cidade de Uíge, forçando a evacuação de pessoal da ONU e de outras agências humanitárias. Veículos civis foram também apanhados em emboscadas nas províncias do Bié, Benguela, Huíla, Cuanza Sul, Cuanza Norte e Malanje. Num ataque, a 14 de Maio, a uma coluna de camiões em Benguela, duas pessoas foram mortas e 50 raptadas.

No final de 2000, forças governamentais lançaram um ataque contra a UNITA no centro de Angola. Os combates alastraram até à vizinha Namíbia, com as tropas namibianas a participarem. Em Novembro, um assalto governamental a Malanje, com o objectivo de recuperar o controlo de cidades junto da fronteira com a RDC, obrigou muitos civis a fugir para a capital provincial de Malanje. A UNITA recuperou o controlo da área em Fevereiro e Março, levando o Governo a lançar outra campanha em Abril. Quando não há deslocados, aumentam as preocupações com a sua segurança. Também em Fevereiro, as forças da UNITA tomaram a cidade de Quibaxe, na província de Bengo, matando e raptando muitos civis, e levando à fuga de muitos outros. Cerca de oito mil pessoas são dadas como desaparecidas em Quibaxe.

Durante o ano, foram registados números sem precedentes de deslocados em 12 das 80 províncias angolanas, com uma média de 30 mil pessoas por mês. As áreas mais afectadas foram o Golungo Alto, Caxito, Mussende, Camacupa, Cuemba e Matala. Os serviços humanitários estavam inundados de trabalho. Em Matala, em Janeiro, por exemplo, 28 mil deslocados viviam em condições desesperadas, e as cerca de 70 pessoas que chegavam diariamente não conseguiam encontrar nem comida, nem abrigo nem cuidados médicos. Em Setembro havia perto de 60 mil novos deslocados, 24 mil dos quais nas províncias do Cuando Cubango, Moxico, Luanda Sul e Norte, e 10 mil só na província do Bié. A partir do início de Outubro, havia 160 mil no Cuíto e 60 mil em Camacupa e Catabola. Oitenta pessoas morrem diariamente em Cuemba por falta de comida e medicamentos.

Os deslocados são em primeiro lugar vítimas da UNITA. Mas continuam as acusações de abusos por parte das forças governamentais, que incluem deslocações forçadas, assassínios e pilhagens. As violações ocorrem sobretudo durante as operações militares, e quando o Exército e a polícia lançam operações de "limpeza" junto a cidades recentemente capturadas, para "limpar" a área de residentes locais, alegadamente para segurança destes, mas na realidade privando a UNITA de uma fonte potencial de alimentos e trabalho. Durante as operações de "limpeza", as tropas governamentais obrigam as famílias a deixar aquela área transportando bens pilhados pelo Exército; os que se recusam são espancados ou mortos. Acusações de que soldados violaram mulheres durante estas operações foram confirmadas nas províncias de Moxico e Malanje.

Os que são expulsos das suas zonas pelas forças governamentais são em muitos casos levados primeiro para municípios sob o controlo do Governo. As condições para os deslocados nestas áreas são frequentemente terríveis, com insuficiente assistência, serviços sanitários e de saúde, e segurança. Para além da extorsão, o Exército também força os deslocados a acompanhar as tropas governamentais na procura de alimentos em zonas minadas e pouco seguras. Quando a quantidade de deslocados nas áreas municipais se tornou insustentável, o Governo realojou mulheres, crianças e idosos em campos de deslocados nos arredores das capitais de províncias sob controlo

governamental. Homens e rapazes adolescentes foram obrigados a permanecer nas áreas de combate e a lutar.

Foram conseguidos avanços no reforço do enquadramento legal para a protecção dos deslocados. Uma nova lei, as Normas para o Realojamento dos Deslocados, foi aprovada em Janeiro de 2001, e existem em projecto vários outros planos de acção. No entanto, não foram criados os mecanismos práticos para a sua implementação, sobretudo aos níveis municipal e provincial. Muitos dos campos de deslocados situam-se nos arredores de cidades controladas pelo Governo, servindo na realidade como escudos humanos ou zonas-tampão contra os ataques da UNITA. Os deslocados são regularmente sujeitos a abusos às mãos das forças de segurança nos campos e usados como força de mão-de-obra por proprietários locais. As pilhagens e extorsões realizadas regularmente pelas forças de segurança às populações deslocadas são uma fonte de bens, incluindo comida, para os soldados, que muitas vezes não recebem os seus salários durante meses.

O contínuo abastecimento de armas e equipamento militar alimenta o conflito. A 26 de Fevereiro, as autoridades espanholas interceptaram nas Ilhas Canárias um cargueiro georgiano que se dirigia para Angola, transportando uma carga não declarada de 36 toneladas de armas de fabrico russo. A 30 de Setembro, um carregamento de 500 rockets anti-tanque provenientes do Irão e com destino a Angola foi apreendido no aeroporto de Bratislava. Dois dias mais tarde, o Exército angolano descobriu um enorme esconderijo de armas junto do aeroporto de Mavinga.

Um sinal positivo é o facto de o uso de minas antipessoais pelo Governo ter diminuído em 2001. Apesar disso, há indicações de que os soldados colocam minas à noite em redor de posições defensivas, retirando-as na manhã seguinte. A UNITA continua a usar minas para evitar que as populações fujam para áreas controladas pelo Governo ou para as impedir de chegar aos seus campos. Os rebeldes usam também minas anti-veículo para interromper os transportes e fazer emboscadas a comboios humanitários e a veículos civis. Setenta por cento das baixas são civis e mais de metade são deslocados em fuga dos combates.

Continua, por outro lado, a haver preocupações relativamente à liberdade de expressão em Angola. As restrições aos jornalistas prosseguem, apesar das garantias dadas pelo vice-ministro da Comunicação Social, que se reuniu com o Comité para a Protecção dos Jornalistas em Outubro de 2000 e Maio de 2001. A 7 de Julho, Gilberto Neto, um repórter do semanário independente Folha 8, e Philippe Labillon, um investigador do Instituto para o Desenvolvimento Ultramarino, baseado em Londres, foram presos no aeroporto da província de Malanje e escoltados de volta para Luanda. Durante os interrogatórios na Direcção Nacional de Investigação Criminal, a sua documentação e bagagem foram confiscadas. Neto foi também impedido de sair do país, a 23 de Agosto, e acusado de pôr em risco a segurança do Estado e difamar a polícia (ele tinha denunciado, em 1999, uma rusga policial na Rádio Ecclesia, uma estação independente ligada à Igreja).

As acusações não conduziram a um processo judicial. Num caso anterior, em Dezembro de 2000, os serviços da imigração do aeroporto de Luanda impediram Rafael Marques, um jornalista free-lance, de deixar Angola. Confiscaram-lhe o passaporte e mandaram-no para casa sem qualquer explicação, apesar de ele ter uma ordem provincial que levantava quaisquer restrições de movimentos que lhe fossem impostas. Em Julho, vários jornalistas, incluindo correspondentes da BBC, enfrentaram obstáculos na cobertura de deslocamentos forçados e violentos de residentes do bairro da Boa Vista, em Luanda. No lado positivo, a Rádio Ecclesia retomou as emissões a nível nacional. No mesmo mês, o

director da Rádio Morena, em Benguela, foi despedido na sequência de uma emissão sobre um ataque da UNITA.

Embora as autoridades permitam alguma discussão livre de assuntos públicos, sobretudo nos media privados, tomaram medidas repressivas em relação aos partidos políticos da oposição, negando-lhes liberdade de associação e reunião, em alguns casos de forma violenta. Em Dezembro de 2000, o Exército feriu com gravidade um padre católico suspeito de ser simpatizante do movimento separatista Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) e espancou outros membros da Igreja. Um mês mais tarde, elementos do Exército e da polícia espancaram e prenderam oito membros do Partido para a Democracia e Progresso em Angola (PDPA) por protestarem contra o Governo. Em Março, as autoridades locais proibiram a Frente Nacional para a Libertação de Angola de realizar actividades no Bié.

Em três outros casos, representantes da UNITA-Renovada foram ameaçados, presos e torturados. O secretário provincial do Partido da Renovação Social (PRS) foi detido e quatro militantes do Partido Democrático do Progresso da Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA) foram detidos e interrogados sobre as suas actividades políticas. Em Abril, o governo provincial de Luanda rejeitou uma petição de grupos ligados à Igreja para a organização de uma marcha pela paz e direitos humanos, e em Julho recusou autorização para uma manifestação de residentes da Boa Vista, alegando razões de segurança.

A actividade ligada aos direitos humanos aumentou, sobretudo na capital, com o Governo a autorizar grupos cívicos e religiosos a discutir violações dos direitos humanos e preocupações relativas à guerra - por exemplo, em conferências realizadas por duas organizações, a Sociedade Aberta e o Movimento das Mulheres para a Paz e o Desenvolvimento. No entanto, a capacidade das organizações de direitos humanos para funcionar fora da capital foi muito limitada pela insegurança, e nenhum grupo e direitos humanos obteve acesso ou autorização para funcionar nos territórios controlados pela UNITA.

Em Outubro, D. Zacarias Camuenho, presidente da Conferência de Bispos Católicos de Angola e São Tomé e membro do Comité Inter-Eclesiástico para a Paz em Angola (COIEPA), recebeu o Prémio Sakharov dos Direitos Humanos, atribuído pelo Parlamento Europeu, num gesto que assinalou a crescente importância da Igreja como possível mediador entre as duas partes em conflito. Em Julho, a COIEPA lançou uma campanha de sensibilização para pôr fim à guerra, enquanto a Sociedade Aberta e o Movimento Católico Pró Paz iniciaram, em Setembro, uma campanha anti-guerra.

O papel da Comunidade Internacional

Um programa de reformas económicas acordado pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Governo de Angola em Abril de 2000 destina-se a controlar os rendimentos do petróleo. Angola é o segundo maior exportador de petróleo da África sub-sahariana e obtém rendimentos significativos das suas exportações de petróleo. Contrariando as esperanças de maior transparência e prestação de contas, o Governo não divulgou os relatórios de auditoria pedidos, apesar de o prazo ter sido alargado por duas vezes. Os doadores internacionais continuam a criticar o facto de o Governo não destinar dinheiro suficiente aos serviços humanitários, e nos últimos anos o apoio dos doadores para operações humanitárias diminuiu. Os doadores apelam ao Governo angolano para que aplique parte substancial das receitas de venda de petróleo em serviços humanitários em vez de em gastos militares. Por outro lado, com a situação

militar a alterar-se, espera-se que o afastamento da guerra convencional e a aproximação de estratégias de contra-guerrilha permitam a redução das despesas militares por parte do Governo.

A ONU continua a apoiar os esforços do Governo angolano para resolver o conflito. A organização reiterou o seu apelo para que a UNITA respeite os compromissos assumidos no Protocolo de Lusaca, de 1994. Várias sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas contra a UNITA continuam em aplicação, incluindo um embargo de armas e petróleo em vigor desde 1993, proibições de tráfico de diamantes e de deslocações de altos responsáveis da UNITA fora de Angola, e o congelamento dos bens financeiros do grupo. O Mecanismo de Controlo da ONU, que verificava o cumprimento destas sanções recebeu um novo prolongamento em Outubro de 2001. Em Abril e Outubro, o Mecanismo para o Controlo do Comité das Sanções divulgou relatórios que concluíam que a UNITA mantém na sua posse grandes quantidades de armas escondidas no território angolano.

O painel identificou pelo menos dezasseis empresas de diamantes responsáveis por violações das sanções. O relatório deixou bem claro que os esforços para reduzir o tráfico ilegal de diamantes que está a sustentar a guerra, incluindo as sanções da ONU, têm tido pouco sucesso. Durante o ano foram feitas três visitas de responsáveis de alto nível das Nações Unidas a Angola. Quando Ibrahim Gambari, o conselheiro do secretário-geral, visitou o país em Maio, condenou fortemente a UNITA, afirmando que este movimento era "o único responsável pela guerra em Angola", e prometeu apoio da ONU para os esforços de reconstrução. Em Abril, o coordenador especial da Rede de Deslocados, Dennis MacNamara, visitou Angola e sublinhou a necessidade da ONU reforçar a sua capacidade para enfrentar as graves falhas a nível da assistência e protecção aos deslocados.

No Outono, Gambari voltou a Angola para novas discussões com o Governo de Luanda. Depois deste encontro, Gambari recebeu luz verde do Executivo angolano para retomar os contactos com a UNITA. Seguiram-se conversações com o homem da UNITA em Washington. A ONU tenciona continuar a falar com o movimento de Savimbi como parte dos seus esforços para levar ambos os lados ao diálogo directo sobre a paz. Em Fevereiro de 2002, a ONU vai enviar para Angola uma segunda missão de avaliação, após a qual Kofi Annan, poderá deslocar-se oficialmente àquele país, naquela que seria a primeira visita de um secretário-geral da ONU.

A União Europeia manteve-se centrada no comércio e venda de petróleo e não tanto nas violações dos direitos humanos. No seu relatório anual de 2001 sobre direitos humanos, a UE condenou as violações da UNITA e apelou ao Governo angolano para assumir maior responsabilidade na protecção de populações deslocadas. Recomendou igualmente que a ONU criasse um grupo permanente de peritos independentes para acompanharem o tráfico de diamantes que viole as sanções.

As questões de direitos humanos também não estiveram no topo da agenda dos monitores da "troika" do Acordo de Paz de Lusaca de 1994 - Portugal, Rússia e EUA. Desde 1998 Portugal aumentou a exportação de armas ligeiras e munições, nomeadamente para Angola, em violação do código de conduta da UE, que impede vendas de armas para países em conflito, onde os direitos humanos são violados se forma maciça. As boas relações entre Luanda e Washington concentraram-se essencialmente na melhoria dos investimentos e do comércio. Angola subiu em importância para os EUA graças aos seus enormes recursos petrolíferos. Dentro de dez anos, prevê-se que os EUA dependam de Angola para 15 por cento do seu petróleo. Em Maio, a primeira missão comercial a Angola desde Setembro de 1997 examinou as possibilidades de parcerias empresariais nas áreas de processamento de dados, indústria,

sistemas hidráulicos, ambiente e conservação, transportes, aviação, serviços jurídicos, navegação e banca.

No entanto, os EUA nem sempre colocaram os direitos humanos em segundo lugar em relação ao comércio. Segundo o relatório presidencial de 2001 sobre a aplicação da Resolução para a Oportunidade e o Crescimento Africano (AGOA), preparado pelo Representante Comercial norte-americano, Angola não foi designada como país beneficiário do AGOA devido a "preocupações relacionadas com corrupção e direitos humanos e laborais". O relatório referiu execuções extrajudiciais realizadas pelas forças de segurança e as políticas de terra queimada por parte de algumas unidades do Exército, incluindo o incêndio de aldeias e a morte de civis nas províncias de Cuando Cubango e Lunda Sul, bem como a repressão governamental de media independentes. Angola foi um dos apenas dez países que viram chumbado o seu pedido de participação no AGOA. Os EUA deram alguma ajuda para assistência humanitária e actividades da sociedade civil, embora não tenham desempenhado um papel forte nos esforços para acabar com a guerra.